MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**Extrato da Portaria nº 016/2020-11PJMAB**

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Promotoria de Justiça da Defesa da Probidade Administrativa e Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social de Marabá, com fundamento nos artigos 1º, incisos IV e VIII, 2º e 8º, § 4º, da Lei 7.437/1985 – LACP, artigos 1º, 25, incisos IV, a, b e VIII, 26, incisos I, a, b e c, II, III, IV, V e VI, e 27 da Lei 8.625/1993 – LONMP, artigo 54, inciso I, a, b, c e d, da Lei Complementar nº 057/06 – LOMPPA, RESOLUÇÃO Nº 23/2007 e Resolução nº 007/2019-CPJ, torna pública a instauração do Inquérito Civil registrado sob o número único 000132-940/2020 que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis do INCRA, CEP. 68.502-290 – Marabá – Pará – Fone/Fax: (94) 3312-9900.

Portaria nº 016/2020-11PJMAB

Objeto: Apurar indícios de atos de improbidade administrativa ocorridos, supostamente, no âmbito da Secretaria Estadual de Saúde Pública do Pará – SESPA, relativas à contatação de empresas para realizarem a instalação e administração de um “Hospital de Campanha” neste município de Marabá, destinado a atender os casos de COVID-19.

Envolvidos: ALBERTO BELTRAME ; Instituto Nacional de Assistência Social e Integrada ; Nome da Parte Nome Social da Parte Polo Assunto PROJETOS DE GERENCIAMENTO E ENGENHARIA S/A – PROGEN ALAN PIERRE CHAVES ROCHA

Promotor de Justiça Titular da 11ª Promotoria de Justiça de Defesa da Probidade Administrativa e Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social de Marabá

Protocolo: 548687

EXTRATO DE RECOMENDAÇÃO Nº 07/2020-PJ/IPI.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, neste ato representado pela Dra. Monique Nathyane Coelho Queiroz, Promotora de Justiça Titular da PJ de Ipixuna do Pará, no bojo do Procedimento Administrativo nº 00259-082/2020 e com objetivo de atuar no combate da pandemia do COVID-19, torna pública a presente Recomendação visando o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover. RECOMENDAÇÃO Nº 07/2020-PJ/IPI.

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Ipixuna do Pará.

OBJETIVO/FINALIDADE: RECOMENDAR que sejam promovidas as seguintes medidas: o fornecimento e fiscalização do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) para TODOS OS PROFISSIONAIS que trabalham na Secretaria de Saúde, com base na Nota Técnica NG 04/2020 GVIMS/GGTES/ANVISA.

DESTINATÁRIO(S): Prefeita Municipal de Ipixuna do Pará e ao Secretário Municipal de Saúde.

Protocolo: 548728

ATO CONJUNTO Nº 002/2020 – MP/PGJ-CGMP

Determina o uso do sistema informatizado “SIMP ATEC” para as atividades do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar – GATI do Ministério Público do Estado do Pará – MPPA.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA e o CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições, nos termos do que preceituam o artigo 10, inciso V da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), e os artigos 18, inciso V, e 37, inciso XIV, da Lei Complementar nº 057, de 6 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará), e CONSIDERANDO a necessidade de alinhar as ações de Tecnologia da Informação no âmbito do Ministério Público do Estado do Pará aos objetivos estratégicos e de gestão da Instituição e às boas práticas de Tecnologia da Informação;

CONSIDERANDO o desenvolvimento e implantação de moderna ferramenta tecnológica para o gerenciamento eletrônico de documentos que permite a rápida transmissão, tramitação e arquivamento de documentos por meio eletrônico e sem uso de papel para as atividades do Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar – GATI;

CONSIDERANDO a necessidade de definir padrões de funcionamento, integração, qualidade e segurança dos serviços e medidas com vistas ao aperfeiçoamento das normas para racionalização dos recursos, coleta de dados estatísticos, emissão de relatórios e melhoria no desempenho geral das atividades do Ministério Público;

CONSIDERANDO os termos das Resoluções nº 23/2007, 174/2017 e 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público;

CONSIDERANDO os termos das Resoluções nº 02/2012 e 07/2019 do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO os termos das Resoluções nº 03/2014 e 02/2018 do Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará;

CONSIDERANDO a necessidade de modernizar e facilitar o encaminhamento de demandas ao Grupo de Apoio Técnico Interdisciplinar – GATI;

RESOLVEM:

Art. 1º Implantar o sistema informatizado “SIMP ATEC” para recebimento e tramitação eletrônica das atividades do GATI.

Art. 2º As demandas encaminhadas ao GATI deverão ser formalizadas por meio do SIMP ATEC, a partir de 01.06.2020, e instruídas com documentos digitalizados específicos ao objeto da solicitação.

Parágrafo único. Os documentos físicos podem ser recebidos pela Divisão de Protocolo até o dia 31.05.2020, alternativamente ao SIMP ATEC.

Art. 3º Eventuais dúvidas serão dirimidas pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 4º Este Ato Conjunto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE, RE-

GISTRE-SE E CUMPRE-SE.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 25 de maio de 2020.

GILBERTO VALENTE MARTINS

Procurador-Geral de Justiça

JORGE DE MENDONÇA ROCHA

Corregedor-Geral

Protocolo: 548624

PORTARIA N.º 1799/2020-MP/PGJ

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 1383/2020-MP/PGJ publicada no D.O.E. em 22/04/2020, protocolo 107143/2020, conforme abaixo relacionada:

NOME: FABRÍCIO JORGE ROSA DE VASCONCELOS

CARGO/FUNÇÃO: ASSESSOR DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTERIO PUBLICO

MATRÍCULA: 999.1592

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994

ORIGEM: Belém

DESTINO(S): Dom Eliseu/PA

PERÍODO(S): 30/03/2020 - 31/03/2020

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1 e 1/2 (um e meia) diaria(s)

FINALIDADE: Acompanhamento de membro

Belem, 13 de Maio de 2020.

RICARDO DE ARAUJO MOURA

Diretor(a) do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 1801/2020-MP/PGJ

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 1359/2020-MP/PGJ publicada no D.O.E. em 22/04/2020, protocolo 103551/2020, conforme abaixo relacionada:

NOME: ADRIANO SILVA DE ARRUDA

CARGO/FUNÇÃO: DIRETOR DE DEPARTAMENTO

MATRÍCULA: 999.1018

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994

ORIGEM: Belém

DESTINO(S): Porto Alegre/RS

PERÍODO(S): 22/03/2020 - 27/03/2020

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 5 e 1/2 (cinco e meia) diaria(s)

FINALIDADE: Curso/encontro/seminário (anexar programação)

Belem, 13 de Maio de 2020.

RICARDO DE ARAUJO MOURA

Diretor(a) do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 1802/2020-MP/PGJ

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 1312/2020-MP/PGJ publicada no D.O.E. em 22/04/2020, protocolo 103736/2020, conforme abaixo relacionada:

NOME: RAIMUNDO DE SOUZA MENDONCA FILHO

CARGO/FUNÇÃO: AUXILIAR DE ADMINISTRACAO - AUD-C-V

MATRÍCULA: 999.298

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 145, da Lei Estadual n.º 5.810, de 24/1/1994

ORIGEM: Belém

DESTINO(S): São Paulo/SP

PERÍODO(S): 14/04/2020 - 17/04/2020

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 3 e 1/2 (tres e meia) diaria(s)

FINALIDADE: Curso/encontro/seminário (anexar programação)

Belem, 13 de Maio de 2020 .

RICARDO DE ARAUJO MOURA

Diretor(a) do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA N.º 1805/2020-MP/PGJ

RESOLVE:

TORNAR SEM EFEITO a Portaria nº 798/2020-MP/PGJ publicada no D.O.E. em 22/04/2020, protocolo 103113/2020, conforme abaixo relacionada:

NOME: LUZIANA BARATA DANTAS

CARGO/FUNÇÃO: Coordenador CAO Cível

MATRÍCULA: 999.831

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: art. 117, da Lei Complementar Estadual n.º 057, de 06 de julho de 2006

ORIGEM: Belém

DESTINO(S): Marabá/PA

PERÍODO(S): 13/03/2020 - 13/03/2020

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: 1/2 (meia) diaria(s)

FINALIDADE: Curso/encontro/seminário (anexar programação)

Belem, 14 de Maio de 2020

RICARDO DE ARAUJO MOURA

Diretor(a) do Departamento de Recursos Humanos

Protocolo: 548807

EXTRATO DE RECOMENDAÇÃO Nº 05/2020-PJ/IPI.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, neste ato representado pela Dra. Monique Nathyane Coelho Queiroz, Promotora de Justiça Titular da PJ de Ipixuna do Pará, no bojo do Procedimento Administrativo nº 00259-082/2020 e com objetivo de atuar no combate da pandemia do COVID-19, torna pública a presente Recomendação visando o respeito aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover. RECOMENDAÇÃO Nº 05/2020-PJ/IPI.

ORIGEM: Promotoria de Justiça de Ipixuna do Pará.

OBJETIVO/FINALIDADE: RECOMENDAR que sejam promovidas as seguintes medidas: o fornecimento e garantia de máscaras para TODOS os funcionários do Hospital Geral de Ipixuna do Pará, mesmo que exerçam suas funções em setores fechados e sem contato direto com o paciente. Além disso, que não seja criado qualquer obstáculo ou proibição de que esses funcionários usem máscaras.

DESTINATÁRIO(S): Direção do Hospital Geral de Ipixuna do Pará.

Protocolo: 548725